



*Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do
Paraná*

Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000

Caixa Postal 01 - Itaúna do Sul-PR

Fone/Fax: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br>

Projeto de Lei 002/2019

**Extingue o Fundo Especial da Câmara
Municipal de Itaúna do Sul e revoga a
Lei Municipal nº 1.210, 2017 e dá outras
providências.**

Considerando os sérios problemas financeiros que o Município de Itaúna do Sul vem passando, considerando que o Poder Legislativo visa o bem da coletividade, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições legais, apresenta ao Plenário o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica extinto o Fundo Especial da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, criado pela Lei Municipal 1.210 de 2017, destinado para a construção de prédio para sede da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, ou ainda, para reforma e adaptação de edificação já existente que seja eventualmente cedida em comodato ou alugada para o mesmo fim, também para o futuro reaparelhamento necessário ao seu funcionamento, bem como para a aquisição de veículo automotor.

§1º Os recursos financeiros existentes na conta bancária vinculada ao Fundo serão apurados e integralmente repassados ao Poder Executivo Municipal, devendo proceder as alterações necessárias.

§2º A extinção do fundo especial se dá a fim de auxiliar no pagamento das dívidas do Município de Itaúna do Sul.

§3º O setor contábil do Poder Legislativo efetuará todos os procedimentos necessários para o encerramento do fundo especial na contabilidade da Câmara.

Art. 2º - Fica revogada a Lei Municipal nº 1.210 de 2017.

Adriano



*Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do
Paraná*

Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000

Caixa Postal 01 - Itaúna do Sul-PR

Fone/Fax: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br>

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio do Legislativo Municipal, Itaúna do Sul – PR, 16 setembro de
2019.**


Celso Inocêncio Leite

Presidente da Câmara Municipal de Itaúna do Sul


Antonio Navarro Garcia

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna do Sul


Adryano de Mazzi Sottoriva

Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Itaúna do Sul



*Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do
Paraná*

Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000

Caixa Postal 01 - Itaúna do Sul-PR

Fone/Fax: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br>

Justificativa

Excetíssimos Senhores Vereadores:

O presente Projeto de Lei visa extinguir o Fundo Especial da Câmara Municipal de Itaúna do Sul instituído por meio da Lei 1.210 de 2017, cujo objetivo a construção de prédio para sede da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, ou ainda, para reforma e adaptação de edificação já existente que seja eventualmente cedida em comodato ou alugada para o mesmo fim, também para o futuro reaparelhamento necessário ao seu funcionamento, bem como para a aquisição de veículo automotor.

Todavia, considerando o difícil cenário econômico e financeiro que nosso Município está passando, o Poder Legislativo resolveu enviar o presente projeto de lei para extinguir o Fundo Especial e repassar os valores ali consignados para que o Município de Itaúna do Sul possa fazer melhor uso dele em prol de nossa população.

Assim, temos por apresentar o presente projeto sua aprovação por todos os vereadores da Câmara Municipal de Itaúna do Sul – PR, com urgência, haja vista ser necessário quitar as dívidas pendentes em nosso município.

Itaúna do Sul – PR, 16 de setembro de 2019.


Celso Inocência Leite

Presidente da Câmara Municipal de Itaúna do Sul


Antonio Navarro Garcia

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Itaúna do Sul


Adryano de Mazzi Sottoriva

Primeiro Secretário da Câmara Municipal de Itaúna do Sul



*Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do
Paraná*

Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000

Caixa Postal 01 - Itaúna do Sul-PR

Fone/Fax: (44) 3436-1659

<http://www.itaunadosul.pr.leg.br>

Despacho – PLO 002/2019

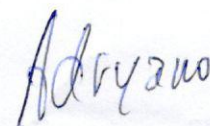
Em atenção especial ao anteprojeto de lei 002/2019 que extingue o Fundo Especial da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, o Presidente dessa Casa de Leis solicita a dispensa de parecer das Comissões Permanentes, com base no artigo 78 do Regimento Interno e a concessão de urgência ao anteprojeto de lei 002/2019, com base no artigo 144, do Regimento Interno.

Itaúna do Sul, 16 de setembro de 2019.


Celso Inocência Leite
Presidente da Câmara Municipal







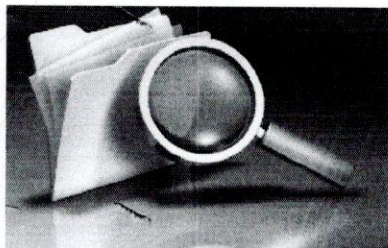


TCE determina que a Câmara de Paracity devolva recursos à prefeitura

Municipal 23 de setembro de 2016 - 12:00

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)



O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) determinou a devolução dos valores depositados no Fundo Especial da Câmara Municipal de Paracity (FECMP), no Norte do Estado. O dinheiro é proveniente da economia orçamentária de recursos recebidos do Poder Executivo e deverá ser ressarcido ao tesouro municipal.

Na decisão, os conselheiros ressaltaram que o descumprimento de determinação do TCE-PR pode levar à aplicação de multa de 30 vezes a Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPF-PR) - sanção que corresponde a R\$ 2.821,80 no mês de setembro -, além do

impedimento de obtenção de certidão liberatória do Tribunal, documento necessário à celebração de empréstimos e convênios.

O TCE-PR julgou procedente a representação feita por sua Ouvidoria, a partir de demanda para verificar a legalidade do FECMP, criado pela Lei Municipal nº 1.947/2013. Na demanda, encaminhada por cidadão do município, foi apontado o suposto descumprimento da Instrução Normativa (IN) nº 89/2013 do TCE-PR. Segundo as informações, o fundo não teria ordenador de despesas específico, inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e nem contabilidade descentralizada. Além disso, o FECMP não estaria cadastrado no Sistema de Informações Municipais-Acompanhamento Mensal (SIM-AM) do Tribunal.

A defesa alegou que o fundo é regular, pois não tem natureza financeira; que foram observados todos os requisitos da IN nº 89 do TCE-PR; que o FECMP não possui CNPJ devido à sua vinculação ao Legislativo (contabilidade centralizada) e, justamente por isso, não presta informações separadas no SIM-AM.

Segundo a Coordenadoria de Fiscalização Municipal (Cofim), responsável pela instrução do processo, o fundo deveria ser adequado a algumas das normas da IN 89 do Tribunal. A unidade técnica destacou a ausência de encaminhamento de prestações de contas separadas daquelas do Poder Legislativo e opinou pela procedência da representação. O Ministério Público de Contas (MPC) concordou com a Cofim.

O relator do processo, conselheiro corregedor-geral Durval Amaral, destacou que a Lei Municipal nº 1.947/2013, que criou o fundo, não atendeu à IN 89, pois não foram cadastrados junto ao Tribunal o FECMP e nem os ordenadores responsáveis, além da ausência de CNPJ e de contabilidade centralizada.

O relator frisou que algumas características do fundo são próprias de fundos financeiros, tornando o ente híbrido. Assim, o relator considerou que o saldo de interferências financeiras repassadas e não utilizadas pelo FECMP deve ser devolvido ao Poder Executivo de Paracity.

Os conselheiros acompanharam, por unanimidade, o voto do relator, na sessão plenária de 11 de agosto. Os prazos para recursos passaram a contar a partir da publicação do acórdão nº 3978/16, na edição nº 1.438 do Diário Eletrônico do TCE-PR, veiculada em 6 de setembro, no portal www.tce.pr.gov.br.

Serviço

Processo nº:	661059/15
Acórdão nº	3978/16 - Tribunal Pleno
Assunto:	Representação do Ouvidor
Entidade:	Câmara Municipal de Paracity
Interessados:	Câmara Municipal de Paracity e outros
Relator:	Conselheiro corregedor-geral José Durval Mattos do Amaral

Autor: Diretoria de Comunicação Social

Fonte: TCE/PR